

DINÂMICA SOCIAL NA VILA DE SANTA CRUZ DO ARACATI: PRODUÇÃO E COMÉRCIO DAS CARNES SECAS (1767-1802)

Leonardo Cândido Rolim¹

Resumo: Esta comunicação tem o objetivo de sistematizar alguns dos questionamentos que perpassam nossa pesquisa de mestrado acerca da dinâmica social na Vila de Santa Cruz do Aracati na Capitania do Siará Grande durante a segunda metade do século XVIII. Neste trabalho tentaremos problematizar a produção e a comercialização das carnes secas – importante gênero comercial da dita capitania – no intuito de analisar as disputas e conflitos gerados em torno da produção no perímetro urbano da Vila, além da ribeira do Jaguaribe. Problematizaremos a comercialização das carnes secas, sua utilização em espaços e situações históricas diversas, discutindo seu papel estratégico na manutenção da dinâmica ultramarina portuguesa sob vários aspectos.

Palavras-chave: Aracati; Carnes Secas; Dinâmica Social.

1. Economia pastoril e a conquista do sertão

Para entender a complexidade das relações sociais e econômicas da produção e comercialização das carnes secas na Capitania do Siará Grande se faz necessária uma sistematização conjuntural dos fins do século XVII ao primeiro quartel do século XVIII. Esse período foi marcado por batalhas sangrentas entre portugueses e índios *tapuia* nos palcos das ribeiras de cada rio ou afluente onde era – ou seria – doada uma sesmaria, construído currais e criado bois. Mais de meio século se passou desde o início dos combates e das primeiras tentativas de conquista através da pecuária, até que se consolidasse a fronteira oeste da Capitania de Pernambuco com a do Estado do Maranhão. Entre os dois centros administrativos – Olinda e São Luís, respectivamente – existiam várias léguas de terra no interior, ou seja, no sertão, onde habitava o “desconhecido”, isto é, o índio *tapuia*, diferente em comportamento do *tupi*, que, segundo os portugueses, se “adaptavam” mais rapidamente ao estilo de vida europeu. Até então, só o litoral desta região era conhecido dos portugueses – e mesmo assim não

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará.

satisfatoriamente para que se mantivesse um controle da região – além de franceses e holandeses, que sempre comerciaram com os índios da região.

O sertão da Paraíba e das outras *capitanias do norte*, especialmente, o Rio Grande, o Siará Grande e o sertão do *Piauí*, este último sob jurisdição do governo do Maranhão, se configuravam, para os portugueses, quase como uma “terra de ninguém”. Somente na conjuntura *post bellum*², ou seja, após a expulsão dos holandeses, na segunda metade do século XVII, os sertões acima referidos passaram progressivamente a ficar sob o olhar atento da Coroa Portuguesa e dos funcionários reais na colônia. De maneira geral, a historiografia clássica – Capistrano de Abreu³ e Caio Prado Júnior, entre outros – trata a pecuária como uma “importante” atividade econômica para *subsidiar* o complexo de engenhos e plantações de cana-de-açúcar do litoral leste, principalmente das Capitanias de Pernambuco e da Bahia. Os dois autores destacam a importância da pacificação dos índios, mas, para Caio Prado Júnior, além disto, há de se observar também que:

a rapidez com que se alastram as fazendas de gado se explica, uma parte, pelo consumo crescente do litoral e das minas, bem como pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria; mas doutro, pela facilidade incrível como que se estabelece nestes sertões uma fazenda.⁴

Vários fatores contribuíram para a chamada “expulsão” do gado para o sertão da América Portuguesa. Evaldo Cabral de Melo, ao analisar a ascendência da praça do Recife após a já citada situação *post bellum*, indica o interesse comercial dos portugueses no sertão, com o objetivo da abertura de um caminho por terra para o Maranhão, já que as correntes marítimas impediam tal empreitada pelo mar durante boa parte do ano. Contribuindo para tais interesses comerciais podemos ainda levar em conta a política de doação de sesmarias nas ribeiras dos rios nos sertões como recompensa por serviços prestados durante a guerra de reconquista de Pernambuco na metade do século XVII e na própria conquista dos sertões, que implicava em guerras contra os índios. Ou seja, após a definitiva capitulação dos holandeses, os esforços de

² Para o entendimento da conjuntura *post bellum* ver MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso – ensaio de historiografia regional**. São Paulo: Editora SENAC, 2001; **A Fronha dos Mazombos – nobres contra mascates – Pernambuco, 1666-1715**, São Paulo: Ed. 34, 2003.

³ ABREU, Capistrano de. **Capítulo de História Colonial**. 7ª Edição Revista e Anotada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000; ABREU, Capistrano. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989.

⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. 193.

reconstrução dos engenhos uniram-se a uma interiorização da expansão territorial para o oeste⁵. Segundo Pedro Puntoni “O processo de ocupação do sertão era dinamizado pelo incremento do povoamento e pela diversificação das atividades produtivas. Ao lado do gado, seguiam as expedições em busca de riquezas, pedras e minerais preciosos”⁶.

Portanto, ao final do primeiro quartel do século XVIII o sertão estava totalmente (ou quase) devassado, mesmo que ocupado por uma população ainda pequena para a grande extensão de terra, ficando assim mal distribuída. De fato, a Coroa Portuguesa estava preocupada com a ocupação do sertão ao baixar o Alvará de 27 de fevereiro de 1701, ampliando o de 1688, determinou a conhecida “barreira” à criação de gado de 10 léguas marinhas por todo o litoral leste da América Portuguesa. De acordo com Maria Yedda Leite Linhares,

[...] o decreto deixa transparecer uma política definida: a de delimitar em áreas próprias e resguardar as três paisagens que passarão a configurar a economia rural da Colônia, isto é, a *grande lavoura* com seus campos definidos, incluía a área industrial; a *lavoura de abastecimento*, que atendia aos interesses de consumidores urbanos e comerciantes de Salvador, devendo incluir a criação controlada de animais de tiro necessários ao transporte das mercadorias ao porto e, por fim, a *pecuária extensiva* na fronteira móvel, a cargo de sesmeiros e arrendatários, último elo fundamental de um macromodelo agrário.⁷

O sertão foi então ocupado num contexto de ebulição e disputas por terras na Capitania de Pernambuco, tendo em vista a cobrança por pagamento das tropas que lutaram nas guerras de resistência e reconquista de seu território durante boa parte do século XVII. Podemos observar que a base da criação de gado nos sertões foi a “doação de vastas extensões de terras recém conquistadas ou por conquistar, principalmente em remuneração ao serviço militar prestado contra os índios, concedidas com limites e extensão incertos”⁸, isto é, as *sesmarias*. Portanto, a atividade pastoril funcionou como justificativa para a ocupação do sertão, além de auxiliar o governo português a acalmar as disputas geradas pelo fim da guerra contra os holandeses.

⁵ MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso...** p. 41-47.

⁶ PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros – Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2000. p. 2.

⁷ LINHARES, Maria Yedda Leite. *A pecuária e a produção de alimentos na colônia*. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História Econômica do Período Colonial**. 2. Ed. Revista – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002. pp. 113-114.

⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Pecuária, agricultura e recursos naturais no Brasil-Colônia*. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História Econômica do Período Colonial**. 2. Ed. Revista – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002. p. 123

No caso da conquista da Capitania do Siará Grande, observamos a partir de tabela elaborada por Francisco Pinheiro que em todos os decênios entre 1700 e 1799 a maior parte das sesmarias doadas na capitania do Siará Grande teve como justificativa a atividade da criação de gado. O autor é mais preciso e diz que “num período de mais de um século e meio, 91% [das sesmarias] tinham como justificativa a necessidade de terra para ocupá-la com a pecuária”⁹. Podemos observar isto com grande facilidade nas datas de sesmarias concedidas na Ribeira do Jaguaribe, a mais importante do Siará Grande e a que iremos nos concentrar neste trabalho, tomando por exemplo a sesmaria doada do Lourenço Alves Feitoza em 1720, ou seja, no final do período de guerras contra os índios: “emsua petição diz ocomisario Lourenço Alves Feitoza cujo (sic) theor he oSeguinte (...) morador da ribeira do Jagoaribe que elle tem seus gados vacuns ecavalares não tem terras bastantes para os poder criar (...)”¹⁰.

Geralmente a sesmaria era dividida e arrendada a pequenos proprietários de terra ou diretamente ao vaqueiro. As fazendas de gado eram áreas de pequenas porções de terra dentro da sesmaria, arrendadas ou não, sendo que o arrendamento constituía fonte de riqueza para o sesmeiro. Assim se constituía a prática do *absenteísmo*, tão comum no sertão nordestino, onde o dono da terra morava numa vila e arrendava ou “doava” sua terra a uma pessoa ou escravo de confiança, que passaria a administrar a produção. O curral era a unidade centralizadora da pecuária, com a presença do gado e da moradia dos vaqueiros e seus “funcionários”, responsáveis pela criação do gado. Temos assim as características gerais da colonização do sertão, porém poderão surgir especificidades, às quais estaremos atentos durante a pesquisa.

2. Produção e comercialização das carnes secas

Passados os anos de guerra contra o índio *tapuia*, chamado bárbaro, ocorreu a consolidação da pecuária como atividade predominante em um território tão seco e com chuvas bastante irregulares e como consequência tivemos a expansão da criação de gado o que acarretou no comércio de rezes com outras partes da América Portuguesa. A respeito disso escreveu André João Antonil:

⁹ PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008. p. 24.

¹⁰ REGISTRO da data de sesmaria de Lourenço Alves Feitoza, de duas léguas nos Inhamús, concedidas pelo Capitão-mor Salvador Alves da Silva, em 7 de julho de 1720. In: *Datas de Sesmarias*, vol. 6, n. 476, pp. 181-182.

Constam às boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e cinquenta, duzentos e trezentas cabeças de gados (...). As jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos aonde hão de parar. Porém, aonde há falta de água, seguem o caminho de quinze e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem aonde possam parar.¹¹

As chamadas “longas marchas” pelo sertão desfavoreciam os criadores dos sertões do Piauí e do Siará Grande, principalmente. O gado, sempre elogiado pela sua qualidade de transportar a si mesmo, chegava às feiras de Pernambuco e, principalmente, da Bahia, com valor baixo. As várias léguas que as rezes percorriam criavam bastante músculo nas carnes, além do emagrecimento causado pela precariedade dos pastos existentes pelo caminho, mais evidente nos períodos de estiagem, isso prejudicava o preço do gado nas feiras do Recife e de Salvador, apesar de nesse momento surgirem pequenas povoações “especializadas” na engorda de bois enfraquecidos pelas longas jornadas pelo sertão.

Dessa maneira, já a partir do segundo quartel do século XVIII os fazendeiros das áreas mais próximas do litoral passaram a comercializar o gado já abatido e transformado em carne seca e salgada. A origem e a técnica de corte e salga das carnes é motivo de variados pontos de vista na historiografia cearense. No artigo *Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste* de Renato Braga temos a primeira referência da historiografia cearense para o assunto. Braga escreveu que “um anônimo teve a idéia genial de industrializar a carne desses rebanhos costeiros do Ceará, aproveitando a técnica do preparo da carne seca, conhecida de todos os criadores”¹². Segundo a interpretação desse autor todos os criadores de gado conheciam a técnica, o que não é constatado nos documentos até agora. Além de justificar o início da fabricação das carnes secas através da idéia de um anônimo, o autor expõe seus motivos fisiográficos: “vento constante e baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisa destacar; barras acessíveis à cabotagem da época”¹³.

Geraldo Nobre no primeiro e importante trabalho sobre as oficinas de carnes no Ceará discorda de Renato Braga quando este escreveu que todos os criadores conheciam a técnica. De acordo com Nobre

¹¹ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil em suas Drogas e Minas*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. p. 202.

¹² BRAGA, Renato. *Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste*. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo LXI, 1947. p. 150.

¹³ Idem.

Existem razões para se admitir, porém, que a técnica adotada pelos fazendeiros jaguaribanos constituiu, de certo modo, uma inovação, envolvendo *um segredo ciosamente mantido por algumas pessoas*, com objetivos de monopólio do preparo e do comércio da carne do Ceará.¹⁴ (Grifo nosso).

O autor, em seu livro, trabalha com a idéia da predominância e do pioneirismo das oficinas de carnes do Aracati. Ainda neste trabalho Geraldo Nobre procura analisar a estrutura interna das oficinas de salga:

o telheiro seria o centro das atividades da oficina, tanto servindo para abrigar as pessoas que preparavam as carnes secas como para sobre ele ficarem expostas ao sol as postas dos animais abatidos, tal qual nos varais, ou paus apoiados em duas forquilhas, ocupando em fileiras a maior parte da área do estabelecimento, cabendo a restante ao curral e, em alguns casos, ao estaleiro.¹⁵

O tamanho das oficinas de salga é importante nesse sentido. Podemos assim inferir a quantidade de operações feitas em seu interior e a quantidade de trabalhadores necessária para a feitura do produto. Em nossa pesquisa discutimos a pretensa utilização de mão-de-obra escrava e livre pelos donos das oficinas, assim como uma organização do trabalho no interior das “salgadeiras”. Tendo como base a complexidade de processos como o *corte* das mantas, que seriam principalmente de dois tipos (tassalho e posta)¹⁶; a *salga* da carne, tendo em vista uma quantidade aproximada de sal para não prejudicar a qualidade do produto; e ainda a *secagem* das mantas, que também poderia interferir na boa qualificação das carnes. Além destas atividades podemos inferir outras tais como o corte de couro e seu conseqüente “espixamento”, a coleta de lenha no mangue, o transporte de sal até a oficina, a limpeza da oficina após a matança dos bois, a vigilância durante a secagem das mantas, a preparo do couro para enrolar as mantas, o transporte das mantas até os barcos, entre outras. A partir da documentação podemos inferir o que foi referido acima. No *Termo de Aforamento número 314* lemos:

Aos vinte eSette dias do mês de maio deMil Setecentose oytenta e seis annos nesta Villa de Santa Cruz do Aracaty capitania do Seara Grande (...) comvido os mesmos officiais desta dita câmara ederão estes posse aosditos Capitãomor João Pinto Martins eSeu irmão Sargtº mor Bernardo Pinto Martins das sincoenta e quatro brassas da terra de frente e com o fundo que percizar para

¹⁴ NOBRE, Geraldo da Silva. **As Oficinas de Carnes do Ceará**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977. p. 49.

¹⁵ Idem. p. 187.

¹⁶ BRAGA, Renato. Op. Cit.

fabricarem huma officina nas terras do Patrimonio da Camara desta Vila pegando do *Estaleiro da Officina* do Captão João Coelho Bastos entre a *officina velha* chamada Jandahiva para *fabricarem carnes* (...) ¹⁷. (Grifo nosso).

Em outro trabalho de igual importância sobre charqueadas no Ceará, Valdelice Girão afirma que as fabricas de beneficiar carnes surgiram no Ceará, instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú, sendo logo estendidas aos rios Parnaíba, no Piauí, e Assu e Mossoró, no Rio Grande do Norte ¹⁸. A historiografia tradicional sobre o tema – Geraldo Nobre e Valdelice Girão – quase sempre nos remete a uma visão determinista ou, pelo menos, ocasional da história. Os autores não inserem a Capitania do Siará Grande na conjuntura política do Império Português no Atlântico, onde as redes mercantis não deixavam de estar interligadas, chegando a terem uma relação de dependência de alguns gêneros produzidos nas periferias do mundo colonial.

Ao logo do século XVIII a Vila de Santa Cruz do Aracati despontou como mais importante centro econômico da Capitania do Siará Grande, tendo a salga de carnes e o beneficiamento do couro como atividades fulcrais para manutenção do poder político e financeiro de sua elite. De acordo com José Alípio Goulart,

o consumo de carne seca, no Brasil colonial, era grande e dilatado, visto consumirem-na não só os menos favorecidos como por igual os mais abastados. (...) Basta dizer que só Recife, em 1788, consumiu o carregamento de carne seca de quatorze barcos, (...). Em média, cada sumaca transportava a produção de cerca de 2.000 bois, ao redor de 72.000 quilos de carne seca. ¹⁹

Para os anos nos quais esta pesquisa se concentra temos o *Livro de Registro de Entrada dos Barcos no Porto da Vila de Santa Cruz do Aracati*, com exceção dos anos entre 1777 e 1786.

Apesar da irregularidade nos intervalos e a conseqüente dificuldade de sistematização, o documento é fundamental para o entendimento do comércio de carnes secas naquela Vila. Sendo assim elaboramos uma tabela simples, buscando entendimento básico para a movimentação no Porto da Vila do Aracati. É importante ressaltar que nem todos os barcos que entravam na barra do Jaguaribe levaram carnes

¹⁷ *Termo de Aforamento número 314* no Livro de Arrematações de Contrato. Fundo: Câmara Municipal. Série: Arrematações de Contrato, Audiência e Livro de Notas. Período: 1758-1822. Município: Aracati. Ala: 20; Estante: 428; Caixa: 12.

¹⁸ GIRÃO, Valdelice. **As oficinas ou charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

¹⁹ GOULART, José Alípio. **Brasil do Boi e do Couro – 1º Volume – O Boi**. Edições GRD. Rio de Janeiro – GB, 1965.

secas, porém o que se ressalta aqui é a importância do Porto do Aracati na dinâmica da Capitania do Siará Grande.

TABELA 1 – Entrada de Barcos Por Ano

1767	10 entradas	1790	20 entradas
1768	17 entradas	1791	29 entradas
1769	08 entradas	1792	19 entradas
1770	08 entradas	1793	25 entradas
1771	01 entrada	1794	16 entradas
1772	Nenhum registro	1795	14 entradas
1773	18 entradas	1796	09 entradas
1774	01 entrada	1797	11 entradas
1775	14 entradas	1798	15 entradas
1776	01 entrada	1799	15 entradas
1787	03 entradas	1800	12 entradas
1788	09 entradas	1801	13 entradas
1789	23 entradas	1802	07 entradas

Os registros do manuscrito são bem mais completos, contendo a data da entrada, o nome, a categoria, o mestre e o senhorio da embarcação, e ainda a origem, a carga trazida, o destino, a carga levada, o juiz ordinário e o escrivão que fizeram o registro. Há, obviamente, informações omitidas e não registradas, mas grande parte das informações constam no documento. Os barcos faziam o registro uma vez que pagavam a quantia de 10\$000 para a Câmara, daí a certeza da inexistência dessa documentação anterior a 1748, ano de criação da Vila do Aracati.

Notamos a partir de uma sistematização inicial que até 1793, com exceção de três anos, sempre entraram barcos no Porto da Vila do Aracati para carregar carnes secas. A partir de 1794 não temos registros de carnes secas, mas assim como nos anos anteriores temos entrada de *sal*, produto primordial para a feitura da carne seca, além de observarmos registros de “gêneros ou efeitos da terra”. Ou seja, podemos ter aí alguma estratégia do juiz ordinário e do escrivão para burlar o imposto régio e acabar retendo o dinheiro dentro dos cofres da própria elite da Vila.

As recentes pesquisas acerca do comércio das carnes secas produzidas na Vila de Santa Cruz do Aracati nos remetem a uma visão ampla no que se refere ao alcance deste produto na dinâmica do Império Ultramarino Português. De acordo com Almir

Leal de Oliveira²⁰ a partir da década de 1710 foram sendo criadas as oficinas de carne salgada, juntamente com a produção do couro salgado. Os interesses da elite açucarocrata de Pernambuco devem ser bem observados nesse sentido. O abastecimento de carnes verdes estava prejudicado no início do século XVIII e, sendo a Capitania do Siará Grande parte do Estado do Brasil – e, portanto, sob influência direta da Capitania de Pernambuco – as oficinas de salga iriam então suprir a falta de carne para consumo e para o escambo de escravos em África. Ainda segundo Oliveira:

a partir de 1757 encontramos dados referentes à inserção do charque como produto estratégico para a manutenção do tráfico atlântico de escravos, para a manutenção de tropas, para o abastecimento das minas e das cidades do Recife, Bahia e Rio de Janeiro.²¹

Na costa africana, onde eram comercializados escravos a fim de suprir a demanda da América Portuguesa, Luis Antônio de Oliveira Mendes observou o momento em que se deu a inserção das carnes secas do Siará Grande na ração dos escravos. De acordo com seu relato foi o comerciante pernambucano Raimundo Jamalá, à época administrador da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba entre 1759 e 1763, que presenciando as péssimas condições físicas dos negros embarcados, acarretando assim em mortes e prejuízos para a Companhia, substituiu a savelha (peixe salgado conservado no azeite) pela carne seca na alimentação. O comerciante então teria mandado escravas temperar rações servidas com carne seca:

quando pela primeira vez a escravatura provou deste gênero de comida assim temperada, e moldada ao seu paladar, confessa fidedignamente, que lhe bateram palmas. (...) Na prevenção da economia mandou vir por conta da mesma Companhia de Pernambuco a carne salgada, e seca, a que lhe chamaram do sertão, que é escaldada, e sem ossos, que ali custa de 6 a oitocentos réis a arroba.²²

Numa perspectiva dada por uma nova historiografia do período colonial, temos formação de circuitos mercantis e redes de interesse entre a Capitania do Siará Grande e

²⁰ OLIVEIRA, Almir Leal de. A Dimensão Atlântica da Empresa Comercial do Charque: o Ceará e as dinâmicas do mercado colonial (1767-1783). In: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA COLONIAL: TERRITORIALIDADES, PODER E IDENTIDADES NA AMÉRICA PORTUGUESA – SÉCULOS XV A XVIII, 1., 2006, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

²¹ Idem p. 4.

²² MENDES, Luis Antônio de Oliveira. *Discurso Acadêmico – Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1793)*. In: CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba**. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1983. p. 401.

outras partes da América Portuguesa. Explicasse assim a quantidade de entradas de barcos vindos de Pernambuco: 162 (aqui contamos os registrados como Pernambuco e Recife). Vale lembrar que várias embarcações entravam no Porto do Aracati sem mencionar sua origem exata, obrigando então o escrivão e o juiz ordinário a omitirem a informação no registro. Além da praça do Recife outras cidades também importantes (Salvador, Rio de Janeiro, São Luiz), e outras vilas (Assu, Acaracu, Belém) são origens de embarcações que aportaram na barra do Jaguaribe.

O que se quer ressaltar aqui é o interesse que os produtos da atividade pastoril do sertão despertou entre os comerciantes do Recife, chegando ao ponto dos “homens de negócio daquela praça” pedirem a “criação de uma Companhia para resgatar as carnes secas e couros do sertão”. Com esse intuito o governador da Capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, remete ao secretário de estado do Reino e Mercês, Sebastião José de Carvalho e Melo, um ofício com o pedido dos comerciantes, alegando entre outros motivos que é

conveniente cuydar o como seha de conservar este comercio e perciza a sua contenuação estabelleçim^{to} e firmeza não só pellos emtresses do Comercio Como o deq', precisam^{te} os porttos de Pern^{co} B^a e RJ^o e sus contornos de Carnes Secas que supre m^{tas} a sustentação dos povos nas falthas que há de carnes frescas (...) e não só aopovo das Praças nestas ocazioens senão emtodo qualquer tempo He coaze comom sustento desacrescidas famílias de engenho (...)²³

No documento acima citado podemos observar a necessidade da manutenção do comércio de carnes secas para efeito de abastecimento urbano e da zona de produção açucareira. Isto é, a produção e comercialização das carnes secas estão além do comércio intercontinental de escravos e, ao mesmo tempo em que era consumida por negros futuros escravos nas fazendas Pernambucanas e nas Minas Gerais, faziam parte da alimentação diária dos senhores de engenhos e dos mascates, sempre prejudicados pela falta de abastecimento, o que criava muitos conflitos internos.²⁴

²³ Projeto Resgate. Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Pernambuco: AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6965.

²⁴ Para a falta de abastecimento e os conflitos gerados em torno das principais vilas de Pernambuco ver: PALLACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil: Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Tradução Walter Sotomayor. Brasília: Editora da UnB, 2004.

3. Considerações Finais

A partir do texto acima procuramos dar uma idéia geral de nossas intenções de pesquisa. A dificuldade na pesquisa documental se impõe a qualquer trabalho historiográfico, porém buscamos diversificar nas citações de fontes, o que nem sempre é possível pelo estágio ainda germinal de nosso trabalho. Nossa proposta de inserir a pesquisa nas novas perspectivas da historiografia é constante, embora entendemos que não citar os clássicos significa criar rótulos e datar produções importantes que, ao final das contas, abriram os caminhos para a produção atual.

Este trabalho procura entender as Capitanias do Norte do Estado do Brasil como uma complexa rede de trocas mercantis e de interesses políticos e econômicos entre suas elites, sendo isso projetado dentro da própria dinâmica da Vila de Santa Cruz do Aracati, acarretando disputas entre trabalhadores e donos de oficinas, envolvendo também os representantes régios e outros sujeitos históricos inseridos na situação histórica acima analisada.

Desenvolvemos nossa pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação do Prof. Dr. Mozart Vergetti de Menezes.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. **Capítulo de História Colonial**. 7ª Edição Revista e Anotada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil em suas Drogas e Minas**, Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

BRAGA, Renato. *Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo LXI, 1947.

GIRÃO, Valdelice. **As oficinas ou charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GOULART, José Alípio. **Brasil do Boi e do Couro – 1º Volume – O Boi**. Edições GRD. Rio de Janeiro – GB, 1965.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *A pecuária e a produção de alimentos na colônia*. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História Econômica do Período Colonial**. 2. Ed.

Revista – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002. pp. 113-114.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Ferida de Narciso – ensaio de historiografia regional**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

_____. **A Fronda dos Mazombos – nobres contra mascates – Pernambuco, 1666-1715**, São Paulo: Ed. 34, 2003.

MENDES, Luis Antônio de Oliveira. *Discurso Acadêmico – Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1793)*. In: CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba**. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1983.

NOBRE, Geraldo da Silva. **As Oficinas de Carnes do Ceará**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977.

OLIVEIRA, Almir Leal de. A Dimensão Atlântica da Empresa Comercial do Charque: o Ceará e as dinâmicas do mercado colonial (1767-1783). In: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA COLONIAL: TERRITORIALIDADES, PODER E IDENTIDADES NA AMÉRICA PORTUGUESA – SÉCULOS XV A XVIII, 1., 2006, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2006.

PALLACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil: Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Tradução Walter Sotomayor. Brasília: Editora da UnB, 2004.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros – Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2000.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Pecuária, agricultura e recursos naturais no Brasil-Colônia*. IN: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História Econômica do Período Colonial**. 2. Ed. Revista – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

